

## O conceito de ‘padrão-ouro’ e os equívocos da economia política\*

**Claus M. Germer**, Dept. of Economics  
Federal University of Paraná  
Rua Dr. Faivre, 405, 3º andar  
80060-140 - Curitiba, Paraná, Brazil.  
(041) 362-3038, r. 2232. cmgermer@sociais.ufpr.br

Paper prepared for presentation at the 1999 Value Theory Mini-Conference,  
Boston Park Plaza Hotel, March 12-14 1998, at the EEA Annual Conference.

### Introdução

O presente artigo faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo sobre a teoria do dinheiro de Marx, e seu objetivo específico é desenvolver um elemento necessário ao aprofundamento da mesma, que é a caracterização marxista do conceito não marxista de padrão-ouro, referente à configuração do sistema monetário internacional nas décadas que antecederam a I Guerra Mundial. Também se sugerirá uma estrutura teórica marxista do sistema monetário do capitalismo<sup>1</sup>.

A definição do dinheiro, no campo marxista, enfrenta atualmente um desafio, que se pode resumir do seguinte modo. Segundo a definição de Marx, o dinheiro surge quando a mercadoria que realiza a função de equivalente geral de valor passa a ser o ouro. Como dinheiro, o ouro realiza em primeiro lugar as funções de medida de valor e base do padrão de preços (ou padrão monetário). Esta última função é decisiva na discussão atual porque, segundo Marx, o padrão monetário consiste em uma quantidade definida da mercadoria-dinheiro adotada como padrão de expressão dos preços. Assim, por exemplo, a libra esterlina correspondia, entre 1717 e 1931, a pouco menos de 8 g ouro<sup>2</sup>, e o dólar, entre 1934 e 1971, a aproximadamente 0,89 g de ouro. Com o progressivo desenvolvimento do sistema bancário, ao longo do desenvolvimento do capitalismo, em especial após a I Guerra Mundial, o vínculo do padrão monetário com o ouro foi tornando-se mais e mais distante, até que, através de uma sucessão de eventos que culminaram em 1973, desfez-se aparentemente por completo, sem que o sistema monetário deixasse de funcionar, apesar das crises

---

\* O presente artigo faz parte de projeto de pesquisa que conta com o apoio do CNPQ, através de bolsa de pesquisa.

<sup>1</sup> A expressão ‘sistema monetário’ é utilizada por Marx para referir-se especificamente ao predomínio da circulação direta do ouro nas funções monetárias, que só ocorre nas condições hipotéticas da circulação simples. Como as funções monetárias, no capitalismo, são realizadas pelo crédito, em nome do dinheiro (=ouro), Marx designa a esfera da circulação capitalista com a expressão ‘sistema de crédito’, que seria o conceito mais correto a utilizar pelos autores marxistas. Assim, o ‘sistema monetário’ da literatura corrente corresponde ao ‘sistema de crédito’, na teoria de Marx. Neste artigo utiliza-se a expressão ‘sistema monetário do capitalismo’, para designar o ‘sistema de crédito’, devido ao emprego generalizado da expressão ‘sistema monetário’ pelos próprios autores marxistas.

<sup>2</sup> A fixação do padrão esterlino foi feita por “Sir Isaac Newton, o Mestre da Casa da Moeda, [que] havia estabelecido o peso padrão da Libra esterlina em ouro, (...) (correspondendo a 7,988 gramas [de ouro] ao título de 0,916)” (De Cecco, p. 539-40).

sucessivas que o sacudiram. Assim sendo, à primeira vista há uma contradição entre a teoria de Marx, que requer que o dinheiro seja uma mercadoria, especificamente o ouro, e o desaparecimento, aparentemente, de qualquer vínculo explícito entre os atuais padrões monetários e o ouro. Isto parece significar, segundo autores marxistas, que a teoria de Marx sobre o dinheiro ou está errada ou é pelo menos insuficiente.

Pode-se dizer que a maioria dos autores marxistas que, nos últimos 30 anos, aproximadamente, abordaram a teoria do dinheiro, adotaram uma combinação de duas atitudes diante desta dificuldade. Em primeiro lugar, adotaram uma postura indutivista ingenua, aceitando sem maior exame a sugestão de que a evolução real do sistema monetário havia desmentido a teoria do dinheiro de Marx, pois admitiram que o dinheiro deixara de possuir valor intrínseco, ou seja, deixara de ter por base uma mercadoria. Esta postura é de natureza indutivista porque admitiu apressadamente como realidade um fato empírico, ou seja, uma manifestação à primeira vista pertencente ao campo das aparências. Antes de um juízo definitivo, seria necessário esclarecer se o fenômeno visível representava um fenômeno subjacente real ou apenas uma aparência enganosa. A solução deste problema requer mais pesquisa teórica e empírica. A ingenuidade desta postura reside no fato de que a natureza do dinheiro é assunto de polêmica que se arrasta há séculos, não apenas por dificuldades teóricas excepcionais, mas também devido aos vultosos interesses materiais que cercam o dinheiro<sup>3</sup>. Especialmente na fase que começa em fins dos anos 60 deste século, o problema do papel monetário do ouro é inseparável do problema da continuidade ou do fim da supremacia monetária do dólar, que se vincula ao problema da supremacia global dos Estados Unidos. Só isto já seria, portanto, razão suficiente para encarar com maior cautela teórica e malícia política o tema.

Em segundo lugar, tendo admitido apressadamente tão grande erro teórico do marxismo, os marxistas passaram a procurar alternativas à explicação de Marx. Tais esforços seguiram duas linhas básicas, que prevalecem ainda hoje. Uma delas admite que Marx teria errado na definição do dinheiro, sendo necessário portanto elaborar uma teoria que, assentada no sistema teórico de Marx, melhor interpretasse os fenômenos monetários do capitalismo contemporâneo, baseados em formas apenas simbólicas de dinheiro. A outra linha sugere que a teoria de Marx teria sido mal interpretada, pois se assevera que ela admite a possibilidade de formas puramente simbólicas de dinheiro, devendo-se desenvolvê-la neste aspecto. Em ambos os casos o fim da vigência de uma

---

<sup>3</sup> Um dos primeiros grandes embates sobre o conceito do dinheiro, em fins do século 17, na Inglaterra, foi motivado por interesses financeiros, em que se opunham credores do Estado e o governo da época (Marx, 1977, p. 80-2). O debate atual, sobre a reforma do sistema monetário internacional, também não é apenas acadêmico, mas envolve interesses de grande envergadura.

mercadoria na função de dinheiro é dado como certo. Esta suposição, porém, não é facilmente sustentável na teoria de Marx, e parece não sê-lo de forma alguma.

Esta combinação de reações defensivas teve sérias consequências teóricas para o marxismo atual, pois implicou, na prática, no abandono dos esforços tendentes a aprofundar o conhecimento da teoria de Marx sobre o dinheiro, o crédito e o sistema financeiro em geral. Deve-se a isto acrescentar o fato de que os autores marxistas, por diversos motivos, raramente dedicaram-se a um estudo exaustivo da parte da teoria de Marx consagrada a estes temas. Como resultado disto, ao longo do período de mais de um século após a publicação do *O Capital*, os marxistas, com poucas exceções, não estudaram os fenômenos deste segmento da economia, o que significa que não desenvolveram a teoria de Marx neste aspecto e não puderam elaborar uma interpretação alternativa às diversas versões das correntes teóricas burguesas, principalmente a neoclássica e a keynesiana. Assim, as teorias e interpretações históricas disponíveis, referentes ao segmento monetário e financeiro em geral, são, em sua maioria, calcadas em bases conceituais divergentes da teoria de Marx ou mesmo hostis a ela. Pior ainda, diversos conceitos de outras teorias, incompatíveis com a de Marx, passaram a ser adotados ou adaptados por autores marxistas, como se representassem a teoria de Marx<sup>4</sup>. De modo análogo, as interpretações do desenvolvimento concreto dos sistemas monetários e financeiros, nacionais e internacional, fornecidos por correntes teóricas e históricas as mais díspares, foram também adotadas sem critérios rigorosos.

Este é o tema do presente artigo, que aborda a adoção equivocada de conceitos estranhos ao sistema teórico de Marx, cuja relevância é o fato de constituírem um dos fatores que dificulta a solução do problema teórico apontado acima. Pretende-se especificamente demonstrar que o conceito geralmente aceito de padrão ouro, ou o mais específico de padrão-ouro internacional, e sua delimitação histórica na literatura não marxista, não constituem critérios válidos, na teoria marxista, para derivar conclusões sobre a continuidade, ou não, da vigência do ouro como base do sistema monetário do capitalismo. Deve-se no entanto esclarecer que, apesar de referir-se a diversos aspectos, teóricos e práticos, do chamado padrão-ouro, o objetivo deste artigo não é discutí-lo, mas apontar as implicações da adoção deste conceito, por autores marxistas, para a avaliação da teoria marxista do dinheiro.

Este artigo baseia-se em três pressupostos fundamentais, reconhecidamente polêmicos: em primeiro lugar, pressupõe-se que a teoria de Marx postula inequivocamente que o dinheiro deve ser uma

---

<sup>4</sup> Sobre a adoção, por autores marxistas, de conceitos fundamentais elaborados pela corrente pós-keynesiana, ver meu artigo anterior (Germer, 1996a).

mercadoria, por necessidade lógica<sup>5</sup>. Isto não implica pressupor que a teoria de Marx, neste aspecto, esteja correta, pois isto requer demonstração, valendo o mesmo para a tese oposta; em segundo lugar, pressupõe-se que não está demonstrado, com base na teoria de Marx, que o ouro deixou efetiva e definitivamente de ser a base dos padrões monetários contemporâneos. Também isto requer pesquisa e demonstração. Portanto, qualquer posição definitiva a este respeito, no campo marxista, neste momento, é infundada; finalmente, os autores que têm concluído que a teoria de Marx está parcial ou totalmente equivocada no que se refere à natureza material do dinheiro apresentam duas insuficiências: a primeira é um aprofundamento insuficiente da própria teoria de Marx, e a segunda é terem adotado como válidas conclusões de estudos baseados em teorias divergentes da de Marx. Neste caso, é necessário analisar o processo histórico de desenvolvimento dos sistemas monetário e financeiro, desde Marx, com base na teoria deste, a fim de permitir conclusões teóricas consistentes com ela acerca da natureza do dinheiro no capitalismo contemporâneo. Deve-se ressaltar, finalmente, que o presente artigo, como parte de uma pesquisa em andamento, constitui apenas uma primeira aproximação ao tema, que deverá portanto ser posteriormente aprofundado.

## O ‘padrão-ouro’

O conceito de padrão-ouro é utilizado com frequência, embora nem sempre de modo explícito, por autores marxistas que contestam a tese de que, na teoria de Marx, o dinheiro deve ser uma mercadoria por necessidade lógica. Assim, o conceito lhes é útil porque parece dar razão ao argumento de que o padrão-ouro teve fim com o desencadeamento da I Guerra Mundial, e portanto permite concluir que há cerca de 80 anos a economia capitalista opera sem contar com uma mercadoria funcionando como dinheiro e base do padrão monetário ou, pelo menos, que o papel do ouro tornou-se secundário<sup>6</sup>. Mesmo o fato de o valor do dólar ter sido fixado com base no ouro, em

---

<sup>5</sup> O autor fundamentou esta tese em textos anteriores (Germer, 1997b, 1997c, 1998). O último texto constitui uma versão em inglês, porém melhorada, do anterior.

<sup>6</sup> “Durante este período [após 1922], mesmo a forma de existência fetichizada de qualquer padrão absoluto de valor foi gradualmente erodida pela abolição da conversibilidade da libra em 1931, o acordo de Bretton-Woods em 1944, a expansão de reservas de dólares dos EUA no exterior por bancos privados no pós-guerra, o colapso das paridades de Bretton-Woods em 1971, quando a conversibilidade do dólar foi suspensa...” (Reuten & Williams, p. 200 e passim). “A evolução dos sistemas monetários no século vinte foi de afastamento de um sistema de dinheiro mercadoria e no sentido de um sistema no qual o equivalente geral é uma unidade de conta abstrata, como o ‘dólar’ ...” (Foley, 1986, p. 20 e passim). “Poderíamos revisar a teoria de Marx argumentando que o que ocorreu no século vinte é que os vínculos (...) entre o dinheiro e o ouro tornaram-se mais e mais tênues ...”; “A mais óbvia fonte de tais dificuldades é o desaparecimento institucional do padrão-ouro na sociedade capitalista avançada no século vinte” (Idem, 1983, p.5 e 8, homepage D.K.Foley). “Nas condições pressupostas do dinheiro-ouro, este argumento de Marx é perfeitamente válido. Ele explica aspectos essenciais (...) até o início do século XX. (...) Mas em nossos dias, parece claro que, mesmo nas relações internacionais, o intercâmbio final de signos monetários contra um dinheiro mercadoria, o ouro, nunca ocorre” (Lipietz, 1983, p. 135-6).

1934, na proporção de US\$ 35 a onça, que vigorou até 1971, geralmente não é aceito como argumento de que o ouro continuou sendo a base do sistema monetário até a data mencionada. Esta conclusão baseia-se, de modo implícito, na concepção do padrão-ouro como um sistema em que o ouro deve circular efetivamente na economia. Como o ouro deixou de circular como moeda, a partir da I Guerra Mundial, conclui-se que a função monetária do ouro terminou. Mas estes são conceitos e critérios não marxistas de padrão monetário, coisa que estes autores não levaram em conta.

É surpreendente que, apesar da relevância concedida ao conceito de ‘padrão-ouro’ como critério de validação da noção de que o ouro estaria na base do sistema monetário do capitalismo apenas até 1914, não se observa, na literatura marxista, qualquer esforço para caracterizar, com maior rigor, a conexão de tal conceito com a teoria marxista do dinheiro. O que se pretende é demonstrar, em seguida, que o conceito, tal como formulado na literatura não marxista, é inadequado para caracterizar o papel monetário do ouro e o período da sua vigência, com base na teoria marxista.

### **O ‘padrão-ouro’ como conceito histórico**

Convém, inicialmente, procurar identificar com mais precisão o que o conceito de padrão-ouro designa. Em primeiro lugar, ele possui, aparentemente, dois significados diferentes na literatura corrente, sendo um deles eminentemente histórico e descritivo, portanto concreto, ao passo que o outro possui um conteúdo mais marcadamente teórico. Enquanto conceito histórico - que aqui é mais relevante -, ele procura caracterizar uma certa configuração do sistema monetário capitalista, em dois diferentes níveis - nacional e internacional -, que apresentam algumas características distintivas. Todavia, parece poder-se dizer que a expressão padrão-ouro é mais comumente utilizada para designar especificamente o sistema monetário internacional situado pela maioria dos autores no período 1880-1914<sup>7</sup>. Por esta razão, para diferenciá-lo da sua aplicação ao nível nacional, e porque a expressão também é utilizada para designar uma determinada teoria do dinheiro, seria conveniente que, ao mencioná-lo, se utilizasse a designação dada ao sistema por autores mais antigos, que o denominavam ‘padrão-ouro internacional’, ao invés de simplesmente ‘padrão-ouro’<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Existem variantes, entre os autores que tratam do tema, em relação à data inicial de vigência do padrão, mas não em relação ao seu fim. Goodhart et al, por exemplo, situam o seu início em 1873, porque “assinala o início do período em que o padrão-ouro estabeleceu-se formalmente como o principal sistema de taxas cambiais para grande parte do mundo industrializado” (Goodhart et al, p. 10).

<sup>8</sup> Keynes discutiu o tema na sua dimensão internacional, embora estivesse referindo-se também, criticamente, aos problemas relacionados ao desempenho de funções monetárias pelo ouro, no *Treatise on Money* (1930, cap. 35); Hansen, ao discutir o papel do ouro, refere-se ao ‘velho padrão ouro internacional’ (Hansen, p. 222 ss.), o mesmo fazendo Bloomfield, destacado estudioso do tema, (Bloomfield, 1970, p. 1 e passim).

Em segundo lugar, o que fornece caráter específico ao ‘padrão-ouro internacional’ não é o fato de o ouro ser a base do dinheiro, mas a sua dimensão internacional. Efetivamente, o papel monetário do ouro precede de milênios o período ao qual o conceito histórico do padrão-ouro se refere, tanto no interior de espaços regionais ou nacionais quanto no intercâmbio internacional. Na própria Inglaterra, centro do sistema do padrão-ouro no sentido histórico, o ouro tornou-se base oficial do sistema monetário em 1717, portanto bem antes da constituição do sistema internacional que recebe seu nome. Assim, o que especifica o ‘padrão-ouro internacional’ não é o fato de que nele o ouro tenha sido utilizado pela primeira vez como padrão monetário, mas o fato de que, nele, o ouro tornou-se pela primeira vez dinheiro mundial. Será exagero interpretá-lo como realização histórica da tendência apontada por Marx, no sentido de que o dinheiro no capitalismo torna-se dinheiro mundial?

Em terceiro lugar, embora a expressão padrão-ouro também seja aplicada ao sistema monetário de um país, quando baseado no ouro, ela adquire significado dúbio após a constituição do padrão-ouro internacional. Neste caso o fato de se dizer, por exemplo, que um país estava no padrão-ouro, podia ter dois sentidos: ou que o ouro circulava como base do sistema monetário nacional, ou que o país em questão integrava o ‘padrão-ouro internacional’. Neste último caso podia ocorrer que o país, apesar de integrante do sistema internacional, não possuía circulação interna de moedas de ouro e o seu padrão monetário podia não ser definido diretamente em termos do ouro, o que resultava da estrutura interna diferenciada e mais complexa do padrão-ouro internacional.

Esta complexidade real do sistema indica a simplificação em que consiste concebê-lo meramente como um sistema em que o ouro, diretamente, circula como dinheiro, ao mesmo tempo que indica a estreiteza desde conceito de dinheiro, a discutir adiante. Por esta razão a designação de padrão-’ouro’ perde muito da sua eficácia, na discussão marxista, uma vez que se leve em conta a estrutura completa do sistema monetário elaborado sobre a base do ouro. De Cecco, por exemplo, lembra que

“o que comumente se entende por Padrão-Ouro Internacional era (...) um sistema complexo composto de uma parte monometálica e outra bimetálica, no qual a importância da primeira não era maior, para o funcionamento do sistema como um todo, do que a da última. (...) o funcionamento normal do Padrão-Ouro exigia, essencialmente, a existência de uma periferia bimetálica que envolvia o centro monometálico” (De Cecco, p. 540).

Eichengreen, por outro lado, chama a atenção para o fato de que, apesar do ouro dar o título ao padrão, o meio circulante e a composição das reservas externas dos países integrantes do sistema eram bastante variados. Segundo ele

“Somente quatro países - Inglaterra, Alemanha, França e Estados Unidos - mantinham padrões-ouro puros no sentido de que o dinheiro em circulação internamente tomava a forma de moedas de ouro; e na medida que moeda de papel e moeda subsidiária também circulavam, eles mantinham ouro adicional nos cofres dos seus bancos centrais ou tesouros nacionais, no qual estes meios poderiam ser convertidos. (...) Em outros países o dinheiro em circulação tomava a forma principalmente de moeda de papel, de prata e simbólica. Estes países estavam no padrão-ouro no sentido de que seus governos estavam prontos a converter suas moedas em ouro a um preço fixo à vista” (Eichengreen, 1996, p. 20-22).

O autor assinala também que as reservas internacionais, que deveriam, rigorosamente, ser constituídas por ouro, em diversos países do sistema eram constituídas, ao contrário, por títulos de crédito contra países cujas moedas eram conversíveis em ouro (Ibidem, p. 22-3).

Estas características, que os autores mencionados apontam como elementos de heterogeneidade, desviando-se de uma suposta pureza da base ouro do sistema monetário, constituem, na realidade, características de uma configuração da esfera da circulação capitalista que a concepção do padrão-ouro é muito limitada para apreender. Dada a sua limitação, esta teoria também não consegue incorporar à sua explicação as transformações que se operam no sistema monetário à medida que o capitalismo desenvolve formas mais e mais complexas de existência. As características apontadas são sintomas de um processo de transformação que prepara as bases econômicas e institucionais do chamado padrão ouro-câmbio, que sucede o padrão-ouro após a I Guerra Mundial e lança as bases do padrão ouro-dólar<sup>9</sup>, após a II GM. A transformação fundamental a mencionar é o amadurecimento dos sistemas de crédito nacionais e o início do desenvolvimento de relações de crédito ao nível internacional. Tais transformações, raramente compreendidas como componentes do processo de evolução do sistema monetário pelos autores não marxistas que tratam do tema, constituem a base da teoria de Marx sobre o sistema monetário do capitalismo, que é o sistema de crédito.

Dada a complexidade que o sistema monetário do capitalismo adquire quando se integra mundialmente a partir do último terço do século passado, pareceria que a caracterização de um padrão-ouro a nível nacional deixa de ter sentido, uma vez que países integrantes do padrão-ouro internacional não possuem um sistema monetário interno com as características atribuídas ao padrão-ouro. Todavia, tudo indica que a economia não marxista continua a conceber o padrão-ouro em sentido estrito, de tal modo que a sua dimensão internacional é definida meramente como um padrão nacional ampliado, com as mesmas características. Embora a literatura sobre o tema seja heterogênea, a definição a seguir, retirada do dicionário de economia do MIT, pode ser tida como síntese da concepção dominante do padrão-ouro:

---

<sup>9</sup> Os conceitos de padrões ‘ouro-câmbio’ e ‘ouro-dólar’ também requerem crítica, que não pode ser feita aqui.

“Padrão-ouro - O sistema de organizações monetárias sob o qual o valor do dinheiro de um país é legalmente definido como uma quantidade fixa de ouro, e o meio de circulação doméstico toma a forma de moedas de ouro e/ou notas conversíveis à vista em ouro a taxas legalmente determinadas. Duas condições básicas são necessárias para que um padrão-ouro pleno exista: a obrigação da autoridade monetária de trocar a moeda doméstica por ouro em qualquer quantidade à taxa especificada (isto inclui a cunhagem irrestrita de moedas a partir de lingotes de ouro entregues a ela) e a liberdade de importação e exportação de ouro por parte dos indivíduos” (Pearce, p. 171-2).

### **O ‘padrão-ouro’ como conceito teórico**

As exposições sobre o padrão-ouro, na literatura não marxista, focalizam polêmicas em torno de problemas mais práticos que teóricos, que geralmente escondem o fato de que a base teórica comum, subjacente ao debate sobre o conceito burguês de padrão-ouro, é a teoria quantitativa do dinheiro, amplamente dominante neste campo desde pelo menos David Hume. Assim, De Cecco chama a atenção para o fato de que as discussões sobre a natureza do dinheiro, desde a sua origem no período mercantilista, dividiram as opiniões sobre diferentes aspectos do tema. Os metalistas, por exemplo, eram maioria mas dividiam-se entre os adeptos de um sistema monometálico ou bimetálico, e entre os primeiros havia os adeptos do ouro e os da prata (De Cecco, 1987, p. 539). Schumpeter, de modo semelhante, divide o debate sobre a natureza do dinheiro em duas correntes: a metalista, que postula a necessidade de que o dinheiro possua uma base objetiva, isto é, que seja uma mercadoria, especificamente um metal, e a cartalista, que postula o oposto. Mas Schumpeter vai mais longe, ao focalizar a dimensão teórica do debate, sugerindo que a corrente metalista deve ser dividida, na realidade, em duas sub-correntes, que diferem pela motivação que conduz cada uma a defender a adoção de uma base objetiva para o dinheiro. Uma delas, que denominou ‘metalismo teórico’ baseia a sua posição na concepção de que o dinheiro deve ser mercadoria por uma necessidade lógica do sistema mercantil. A outra sub-corrente seria o ‘metalismo prático’, que postula a adoção de uma base objetiva para o dinheiro, não por necessidade lógica, mas apenas como modo mais eficiente de impedir a desvalorização do padrão monetário por excesso de emissão de governos irresponsáveis (Schumpeter, 1971, p. 273).

Nesta linha, Schumpeter caracterizou Marx como adepto do metalismo teórico, o que parece aceitável nos termos estritos das suas definições (Ibidem, p. 274), mas não é a caracterização mais adequada à teoria do dinheiro de Marx, uma vez que esta requer que o dinheiro seja constituído por uma mercadoria, mas o fato desta ser um metal não é essencial<sup>10</sup>. Esta apresentação de Schumpeter, ao concentrar-se na variedade de adeptos e adversários do metalismo, esconde a oposição básica

---

<sup>10</sup> Veja-se, a este respeito, a crítica certa de De Brunhoff (1979, p. 66-7)



entre, por um lado, o que ele chama de metalismo prático e cartalismo, que expressam a teoria quantitativa, segundo a qual as mercadorias e o dinheiro ingressam na circulação sem valor, e por outro lado a teoria de Marx, segundo a qual ambos chegam à circulação dotados de preços e valor, respectivamente.

É necessário mostrar como as concepções histórica e teórica do padrão-ouro, da economia não marxista, se combinam em uma concepção do padrão-ouro internacional incompatível com a teoria marxista e conseqüentemente inaplicável como critério para avaliar o papel do ouro no sistema monetário do capitalismo com base na teoria de Marx. Já se mostrou que a essência do conceito burguês de padrão-ouro internacional é o fato de o ouro ter se tornado, no período correspondente, dinheiro mundial. Mas o conceito do dinheiro no plano internacional é o mesmo da teoria quantitativa no plano nacional, isto é, o dinheiro é o ouro por motivos práticos, não por necessidade intrínseca do sistema.

As concepções não marxistas sobre a estrutura do chamado padrão-ouro baseiam-se no cartalismo, isto é, a noção segundo a qual o dinheiro é uma criação arbitrária do Estado. Tal concepção é essencial à teoria quantitativa, para a qual o dinheiro não possui valor intrínseco, de modo que o nível de preços depende da sua quantidade, que é arbitrária. Como condição necessária a este resultado, esta teoria concebe o dinheiro apenas como meio de circulação, e não como meio de entesouramento ou reserva de valor. Disto resulta que todo dinheiro existente na economia mantém-se na circulação, o que seria impossível se o dinheiro possuísse valor próprio, caso em que a sua quantidade em cada momento seria determinada pela relação entre o valor total de mercadorias a circular e o valor do dinheiro, requerendo portanto outro componente conceitual: um reservatório para onde fluísse o dinheiro momentaneamente em excesso, e de onde refluísse quando a circulação dele necessitasse - o entesouramento. Sendo a variação da quantidade do meio circulante a responsável pela variação dos preços, explica-se assim a razão pela qual o controle da emissão de dinheiro constitui a preocupação principal dos autores quantitativistas. A teoria keynesiana também é cartalista. Embora divergindo da teoria quantitativa ao introduzir a função de reserva de valor do dinheiro, Keynes aderiu ao cartalismo de modo entusiástico (Keynes, TM I, cap. 1). Tal como Ricardo e grande parte dos adeptos da teoria quantitativa, parecia inicialmente conveniente, também a Keynes, que o valor do dinheiro fosse vinculado a um padrão objetivo, como garantia prática mais segura da sua estabilidade.

Portanto, para as duas teorias o vínculo entre o padrão monetário e o ouro decorre apenas de uma conveniência prática. Sendo assim, nenhuma razão teórica as impede de admitir o abandono do

ouro como base para a fixação do valor do dinheiro, nem há motivo para que se oponham à substituição do dinheiro baseado no ouro por uma forma inteiramente simbólica de dinheiro ou ‘fiat money’. Por outro lado, um objeto é dinheiro porque funciona como meio de circulação. Por este motivo, uma vez que o padrão monetário deixou de ser definido como certa quantidade de ouro e este deixou de circular como moeda, e desde que, em consequência, o meio circulante tornou-se inconversível em ouro ou em qualquer outra coisa de valor, parece óbvio que, segundo estas teorias, o dinheiro nada mais tem a ver com o ouro<sup>11</sup>. Neste sentido, o padrão-ouro terminou.

Todavia, para incômodo das teorias não marxistas, embora tendo deixado de circular como moeda, o ouro continuou desempenhando funções monetárias após a I Guerra Mundial, tendo constituído o fundamento do sistema monetário dos acordos de Bretton Woods, como base do valor do dólar e principal meio de reserva internacional, e desempenhou estes papéis, clara e explicitamente, até 1971. Dada a definição estrita do padrão-ouro, transcrita acima, os sistemas monetários que vigoraram após a I GM lançaram grande confusão na economia não marxista, uma vez que o ouro não mais circulava mas os padrões monetários eram definidos em termos dele. Não se encontra nestas teorias explicações convincentes sobre a transição do padrão-ouro internacional para o padrão ouro-câmbio e a versão clássica deste, o padrão ouro-dólar. Os adeptos radicais do ‘padrão-ouro’ clássico consideram o padrão ouro-câmbio, posterior à I GM, “... uma versão adulterada do padrão-ouro” (Heilperin, p. 364), o que revela a sua limitada concepção do dinheiro de crédito e seu desenvolvimento. A maioria, porém, parece ter-se refugiado na opinião mais prudente de que, embora de modo não muito claro, este período presencia um papel gradualmente declinante do ouro no sistema monetário, até a sua extinção completa. Esta versão indutivista - pois apenas procura racionalizar uma evidência que não explica - procura converter a decretação da inconversibilidade do dólar, em 1971, e a posterior rejeição oficial do ouro como base dos padrões monetários, em confirmação histórica da sua interpretação.

Segundo o exposto, portanto, a simples constatação factual de que o ouro continuou atuante no sistema monetário do capitalismo, pelo menos até 1971, permite afirmar, à primeira vista, que o que acabou em 1914 não foi o papel monetário do ouro, mas apenas a configuração específica do sistema capitalista internacional no qual o ouro funcionou como dinheiro mundial e circulou diretamente nas esferas internas. Além disso, a constatação da dificuldade enfrentada pelas teorias

---

<sup>11</sup> Sendo o dinheiro apenas meio de circulação, na teoria quantitativa, segue-se que, enquanto o ouro circular como moeda, será dinheiro, mas assim que deixe de fazê-lo, deixará também de ser dinheiro, pois por definição o dinheiro é o meio circulante. Pela mesma razão qualquer objeto que funcione como meio de circulação, por exemplo papel-moeda, será ipso facto dinheiro. Keynes diferencia-se da teoria quantitativa por postular a função de reserva de valor para o dinheiro, mas confunde dinheiro entesourado com reserva de capital monetário, que é regulado pela taxa de juros, que é uma categoria do capital e não do dinheiro (Germer, 1996a, p. 71).

não marxistas para explicar o caráter do sistema monetário que se seguiu ao padrão-ouro recomenda cautela na adoção de critérios teóricos por elas propostos, em particular na avaliação da teoria marxista do dinheiro-mercadoria. Isto atinge obviamente também os autores marxistas que questionam o caráter de mercadoria do dinheiro com base no argumento de que o padrão-ouro teve fim em 1914. Vejamos agora que elementos a teoria marxista do dinheiro oferece para avaliar a evolução do papel monetário do ouro.

### **O papel do dinheiro (=ouro) no sistema teórico de Marx**

Em primeiro lugar, a teoria marxista do dinheiro difere radicalmente da concepção cartalista, tanto na versão quantitativa quanto na keynesiana. O dinheiro não foi, nem pode ser, criado arbitrariamente, como invenção genial ou pelo Estado, mas foi gerado espontaneamente junto com a constituição da economia mercantil. O dinheiro não é exclusivamente - nem principalmente - meio de circulação, nem sua importância se esgota com o acréscimo da função de meio de entesouramento ou reserva de valor. A função básica e essencial do dinheiro é ser equivalente geral de valor e, como tal, servir de matéria para a expressão independente do valor (isto é, separado das mercadorias comuns em cujo corpo está fundido, ao ser gerado). Uma vez feito isto, o valor das mercadorias expressa-se em dinheiro (=ouro) como preço, de modo puramente ideal, isto é, apenas declarado oralmente ou por escrito, e o meio de circulação pode ser um simples pedaço de papel ou outro material, no qual se imprimam diferentes valores em unidades monetárias baseadas no equivalente geral. Estes substitutos do dinheiro na função de meio de circulação são os signos de valor.

É paradoxal que a teoria do dinheiro de Marx, que afirma categoricamente que só uma mercadoria pode tornar-se dinheiro, sendo no capitalismo o ouro, ao mesmo tempo demonstra que, com o desenvolvimento do capitalismo as funções do dinheiro (=ouro), na circulação, são assumidas por formas dele derivadas, até o ponto deste ser inteiramente dispensado de circular. A mercadoria-dinheiro só não pode ser substituída na função de equivalente geral. Assim, na função de meio de circulação, o dinheiro pode ser substituído, em primeiro lugar, por signos de valor, como indicado acima. Mas no capitalismo o dinheiro é substituído, nesta função, predominantemente por títulos de crédito, na medida que o crédito comercial se difunde como resultado da expansão do caráter mercantil da economia. Com isso a função de meio de pagamento se torna cada vez mais importante e predominante. Mas também nesta função o dinheiro passa a ser substituído pelo cancelamento de dívidas recíprocas, cabendo ao dinheiro (=ouro) apenas cobrir os saldos restantes. O sistema bancário desenvolve-se em seguida e assume as funções de comércio de

dinheiro e administrador dos saldos de capital-dinheiro dos capitalistas, que são saldos em ouro, e os converte em notas bancárias, que são utilizadas, no lugar do dinheiro (=ouro) para cobrir os saldos devedores. Deste modo, surgem formas sucessivas de dinheiro de crédito em hierarquia ascendente, em primeiro lugar os títulos de crédito comercial, cujos saldos devedores são cobertos com dinheiro (=ouro); em seguida, sobre sua base, as notas bancárias dos bancos individuais, que substituem o dinheiro no pagamento dos saldos devedores de títulos comerciais, sendo os saldos devedores entre bancos cobertos com dinheiro (=ouro). Posteriormente, as notas do banco central substituem o dinheiro na cobertura dos saldos devedores entre bancos, restando ao dinheiro a cobertura de saldos devedores do comércio exterior. Assim, uma hierarquia ascendente de títulos de crédito substitui o dinheiro na função de meio de pagamento, constituindo o eixo do que Marx denominou sistema de crédito<sup>12</sup>.

O parágrafo acima explica a indicação de Marx, em passagem frequentemente citada, mas cujas implicações foram pouco compreendidas, de que o dinheiro (=ouro) poderia ser inteiramente excluído da circulação interna, mantendo-se entretanto indispensável no comércio internacional<sup>13</sup>, sem que isto implicasse a abolição do ouro como base do sistema monetário do capitalismo. Sendo assim, a retirada do ouro das funções de circulação interna de um país não pode ser interpretada, nos termos da teoria de Marx, como indicação de que o dinheiro deixou de ser uma mercadoria. Portanto, o chamado ‘fim do padrão-ouro’, ao desencadear-se a I Guerra Mundial, não pode ser admitido, no campo marxista, como início da vigência do dinheiro simbólico. O que ocorreu inicialmente, naquela ocasião, foi apenas a habitual atitude defensiva dos países, de suspender a conversibilidade das suas notas bancárias, a fim de proteger suas reservas de ouro. Mas os padrões monetários continuaram expressos em termos de ouro. É curioso que os autores marxistas tenham deixado de observar esta importante característica daquele acontecimento, pois se o fizessem não poderiam sentir-se autorizados a argumentar que o ouro deixou de desempenhar funções monetárias importantes desde a I Guerra Mundial.

---

<sup>12</sup> Deve-se salientar que é a formas de dinheiro de crédito, que existiu primeiramente como notas bancárias e atualmente como depósitos, que autores marxistas atualmente atribuem o caráter de dinheiro em sentido pleno. O exposto acima mostra que se trata de títulos de dívida, mero compromisso formal de pagamento de preços de mercadorias, cujos valores devem ter sido medidos anteriormente pelo dinheiro. Um título de dívida não pode ser ao mesmo tempo medida de valor, mas pode funcionar como meio de circulação e de pagamento, no lugar do dinheiro, por transferência entre credores.

<sup>13</sup> “Toda a história da indústria moderna mostra que o metal, na realidade, só seria necessário para saldar o comércio internacional quando seu equilíbrio estivesse momentaneamente perturbado, se a produção interna estivesse organizada. Que o interior já agora não precisa de dinheiro metálico, demonstra a suspensão dos pagamentos em espécie pelos assim chamados bancos nacionais, à qual se recorre como único recurso em todos os casos extremos” (OC, III/2, p. 49). O processo de substituição do dinheiro (=ouro) nas funções de circulação foi objeto de artigo recente (Germer, 1997c).

Mais importante, porém, é o fato de que o que veio a ser conhecido como ‘padrão ouro-câmbio’<sup>14</sup>, que se materializou de modo clássico no padrão ouro-dólar, após a II Guerra Mundial, corresponde, em essência, ao que Marx descreveu sucintamente na citação apresentada acima, pois a partir do fim da II Guerra Mundial até 1971, “o metal, na realidade, só [era] necessário para saldar o comércio internacional quando seu equilíbrio estava momentaneamente perturbado”. A circulação do ouro realizando funções monetárias na circulação interna foi gradualmente abolida após o fim da I Guerra Mundial, em todos os países capitalistas<sup>15</sup>, proibindo-se, inclusive, o entesouramento privado de ouro monetário, função esta que se tornou monopólio dos bancos centrais. No padrão ouro-câmbio, como se sabe, o ouro é complementado pelo padrão monetário do país líder como reserva internacional dos demais países, realizando juntamente com o ouro a função de liquidação de saldos internacionais. No padrão ouro-dólar, vigente após a II Guerra Mundial, este papel, em caráter mais que complementar, coube ao dólar. Poderia este fato invalidar a tese de Marx, apresentada acima? Uma sucinta exposição da estrutura deste padrão mostrará que não.

O uso do padrão monetário do país-líder como padrão mundial constitui uma inovação da maior importância, que surgiu ainda durante a vigência do chamado padrão ouro internacional e tornou-se característica essencial, inscrita na própria designação do novo padrão - o padrão ouro-‘câmbio’ (Eichengreen, p. 61). Esta inovação não parece afetar a natureza do sistema, apenas o especifica, uma vez que o dinheiro do país-líder é expresso e conversível em ouro, de modo que os títulos expressos neste dinheiro representam ouro que pode ser retirado a qualquer momento<sup>16</sup>. Um exemplo simples pode ilustrar a questão: o dólar era o padrão monetário básico, definido em termos do dinheiro (=ouro), na proporção de US\$ 35 a onça, ou seja, cada dólar equivalia a cerca de 0,9 g de ouro. Os EUA garantiam a conversibilidade do dólar em ouro, segundo a relação dada, para transações internacionais. Os padrões monetários dos demais países cotavam-se em ouro segundo sua taxa de câmbio com o dólar. Tomemos o marco alemão como exemplo. Caso a taxa de câmbio do marco fosse US\$ 1 = DM 1,80, chega-se ao resultado de que DM 1,00 = 0,5 g ouro. Abstraindo

---

<sup>14</sup> A configuração geral deste padrão foi instituído, oficialmente, na Conferência de Gênova, em 1922 (Niveau, p. 286-8).

<sup>15</sup> “O século que se encerrou com a I Guerra Mundial assistiu à substituição gradativa da moeda-mercadoria internacional (ouro e prata) pelas moedas fiduciárias nacionais (...) que circulavam apenas dentro das fronteiras de cada país. Esse processo chegou ao seu final na década de 1920, e em princípios da década de 1930, com o desaparecimento universal do ouro (...) da circulação monetária ativa (grifos acrescentados) e mesmo das reservas de caixa dos bancos comerciais e de depósito” (Triffin, 1972, p. 61). “... Ya no es preciso mantener reservas para la conversión de depósitos bancarios y papel moneda en su cobertura legal en oro, con miras a la circulación interna. La disminución de las reservas actualmente se asocia única y exclusivamente a los déficit externos en la balanza de pagos del país” (Triffin, 1970, p. 36, grifos acrescentados).

<sup>16</sup> “... el adjetivo convertible en el período de la posguerra ha significado, con una excepción vital, ‘convertible en dólares norteamericanos’. La excepción ha sido el propio dólar norteamericano: las autoridades estadounidenses han

restrições comerciais entre países, parece óbvio que os preços nominais, no sistema internacional do padrão ouro-dólar, baseavam-se no ouro como equivalente geral, medida de valor e base do padrão de preços. Explica-se, assim, que a manutenção de taxas cambiais fixas, entre diferentes padrões monetários, impunha-se como garantia do vínculo de todos ao ouro.

O exposto indica que o processo relevante, do ponto de vista da análise marxista, não é o “fim do padrão-ouro”, mas o processo subjacente de desenvolvimento do sistema de crédito, que foi impulsionado após o fim da I GM, e sem o qual as funções monetárias do ouro não poderiam ser realizadas por formas de dinheiro de crédito. Inicialmente o ouro foi retirado das funções de circulação interna, primeiro apenas como moeda e em seguida também como barra, e mais tarde o seu entesouramento privado foi proibido e monopolizado pelo Estado<sup>17</sup>, mas manteve o papel de base direta do padrão monetário principal, e base indireta dos padrões monetários dos demais países, cuja taxa de câmbio em relação ao padrão monetário principal definia a sua expressão em ouro. As funções do dinheiro (=ouro) como base dos padrões monetários e meio de pagamento internacional não são afetadas, mas a elevação de um dos padrões monetários nacionais a padrão principal constitui um acontecimento da maior relevância, pois ele reflete o início da constituição de um sistema de crédito a nível internacional. É fácil perceber que os títulos denominados no padrão principal, mantidos por outro país, constituem direitos a dinheiro (=ouro), de modo inteiramente idêntico às notas bancárias no seu estágio inicial, que representavam explicitamente ouro depositado nos bancos.

Verifica-se, pelo exposto, que o processo de retirada progressiva do dinheiro (=ouro) da circulação interna, até a sua retirada total, constitui a realização de uma dedução que Marx extraiu da sua teoria, sendo significativo que os autores não marxistas apenas puderam constatar o fenômeno *ex post facto*. Se a capacidade de predição é um critério de consistência teórica, este aspecto da teoria de Marx é uma ilustração inegável. Neste caso como em outros, Marx apontou desenvolvimentos futuros do capitalismo, que à sua época ainda não haviam emergido, o que reflete o grau em que a sua teoria foi capaz de captar as leis de movimento do capitalismo. Os autores não marxistas, que coerentemente aferram-se aos aspectos em que a adesão da teoria de Marx aos fatos é menos claramente perceptível, a fim de declará-la inválida, obviamente omitem os aspectos, como o presente, que demonstram a consistência da sua teoria. Surpreende que os autores marxistas muitas vezes se submetam à temática imposta pelos críticos e se detenham em justificar os aspectos por

---

estado dispuestas no sólo a comprar oro de cualquiera a un precio de 35 dólares aproximadamente la onza, sino también a convertir en oro las tenencias *oficiales* de dólares al mismo precio practicamente” (Tew, p.148).

eles criticados, frequentemente concedendo-lhes razão de modo injustificado, deixando de perceber e ressaltar importantes pontos, como o tema deste artigo, em que a teoria de Marx não só estava certa como foi capaz de antecipar eventos importantes.

### **Há um ‘padrão-ouro’ marxista?**

O padrão-ouro das teorias não marxistas constitui uma categoria histórica concreta, cuja base teórica fundamental é a teoria quantitativa do dinheiro na sua formulação ricardiana. Em contraste com elas, as teorias do dinheiro e do dinheiro de crédito, de Marx, são construções teóricas que se iniciam em alto nível de abstração e se tornam mais e mais concretas, à medida que elementos mais concretos da realidade são sucessivamente acrescentados. Além disto, a teoria do dinheiro de crédito, na medida que pressupõe o crédito comercial e o sistema bancário desenvolvido, entre outros elementos, constitui uma expressão mais concreta do que a teoria do dinheiro, que se fixa na relação vendedor/comprador, abstraindo todas as demais relações econômicas. Pode-se dizer que a teoria do dinheiro de crédito constitui exemplo expressivo do vínculo lógico-histórico atribuído ao método de Marx, pois ao mesmo tempo que se apóia na história, da qual parte, para aproximar-se mais e mais do concreto histórico, este último jamais é uma descrição do real caótico observado, mas é nitidamente uma reconstrução da realidade através da elaboração teórica.

Para ser mais explícito, isto significa que a imagem do sistema monetário, formulada por Marx, não é uma descrição de algo imediatamente observado, mas uma dedução a partir da teoria que deve representá-lo segundo suas leis de movimento. O fato de que Marx tenha podido antecipar tão fielmente a evolução do papel monetário do ouro no capitalismo, do modo apontado acima, indica que ele identificou o que se poderia designar como leis de movimento do capital na esfera da circulação. Estas leis constituem a estrutura do que Marx denominou sistema de crédito. Na teoria marxista ainda não se elaborou, com o rigor necessário, os conceitos de dinheiro de crédito e sistema de crédito, que é provavelmente uma das razões da sua impotência no confronto com as teorias concorrentes acerca da interpretação da evolução do sistema monetário internacional. Assim, o ‘padrão-ouro internacional’ poderia, eventualmente, constituir uma categoria concreta significativa de uma interpretação marxista deste processo, mas apenas como componente de uma teoria geral da evolução do sistema de crédito, em primeiro lugar no nível mais abstrato, e somente depois introduzindo sucessivamente as dimensões nacional e internacional, que são concretas.

---

<sup>17</sup> A demonstração de que a proibição legal do entesouramento privado do ouro não só não entra em conflito com as leis internas do capitalismo, mas é plenamente compatível com elas, foi tentada pelo autor em texto já mencionado (Germer, 1997c, p. 350-3).

Dado o caráter preliminar desta abordagem do sistema monetário internacional baseado na teoria de Marx, não seria possível oferecer mais do que um esboço das características que deveria ter uma teoria do sistema de crédito, constituído por alguns elementos que parecem, neste momento, essenciais a esta empreitada. Em primeiro lugar, deve-se assinalar que o conceito de padrão-ouro, entendido como um sistema monetário nacional com as características expostas acima, não constitui uma categoria na teoria de Marx. Ele poderia ser associado, remotamente, ao que Marx denominou 'sistema monetário', já mencionado, em que ele abstrai o capital e desenvolve a relação vendedor/comprador e a circulação do dinheiro (=ouro) na forma de moeda, mas o crédito comercial está presente apenas na forma rudimentar de promessas de pagamento diferido, funcionando neste caso o dinheiro (=ouro) como meio de pagamento. O padrão-ouro das teorias burguesas distingue-se da teoria de Marx, neste aspecto, por referir-se ao capitalismo desenvolvido, caso em que Marx utiliza o conceito de sistema de crédito, em que o meio circulante é predominantemente o dinheiro de crédito e não o dinheiro (=ouro). Neste sentido, é significativa a incapacidade demonstrada pelas teorias burguesas, de introduzirem coerentemente o crédito e o dinheiro de crédito nas suas interpretações, o que conduz à noção, mencionada acima, de que o padrão ouro-câmbio seria uma 'versão adulterada do padrão-ouro', quando pareceria mais adequado caracterizá-lo como uma fase avançada do sistema de crédito, projetando-se para o plano mundial. Em segundo lugar, do ponto de vista da natureza do dinheiro no capitalismo, a designação de 'padrão-ouro' serviria na teoria de Marx apenas para caracterizar o fato de que o ouro é "o" dinheiro, desde o início, ao longo de toda a história do capitalismo, abstraída a presença residual ou subsidiária da prata, que não afeta o ponto em questão. Mas, assim concebida, esta designação seria coincidente com a própria definição marxista do dinheiro (=ouro), e portanto inócua, pois não designaria uma fase histórica definida do capitalismo.

Dada a relevância do crédito na teoria de Marx sobre o dinheiro no capitalismo, é essencial demonstrar, teoricamente, que as relações de crédito, que são o fundamento do sistema de crédito, têm sua origem em características estruturais da economia mercantil, e não em elementos subjetivos, como a confiança mútua ou outros frequentes na teoria vulgar. O caráter estrutural do sistema de crédito decorre do caráter estrutural do crédito mercantil, que se pode sucintamente demonstrar. Esta demonstração requer que se abstraia o capital, que o crédito mercantil antecede. A economia mercantil pressupõe a divisão social do trabalho, portanto produtores especializados que trocam, com a mediação do dinheiro, os produtos dos seus respectivos trabalhos. Cada produtor só pode comprar após ter obtido dinheiro pela venda do seu próprio produto. Todavia, o significativo é que os ciclos de produção das diferentes mercadorias geralmente não são coincidentes, por razões técnicas, de modo que, quando a mercadoria de um produtor chega ao mercado, diversos potenciais



compradores ainda não concluíram nem venderam as suas próprias, portanto ainda não possuem o dinheiro para a compra. A solução deste inconveniente é a venda contra promessa de pagamento futuro, ou crédito comercial, que se difunde junto com a expansão da economia mercantil<sup>18</sup>. O crédito comercial expressa uma nova relação econômica, a relação credor/devedor, que se sobrepõe à relação vendedor/comprador.

A difusão do crédito comercial implica que a função de meio de circulação é assumida predominantemente por títulos comerciais, ao passo que o dinheiro (=ouro) assume predominantemente a função de meio de pagamento, como já se indicou. Aqui é fundamental assinalar a demonstração, feita por Marx, de que os títulos de crédito comercial funcionam, desde o início do capitalismo, como o ‘dinheiro comercial propriamente dito’, isto é, nas transações entre capitalistas, o que significa que a circulação de tais títulos predomina desde o início sobre a circulação do ouro<sup>19</sup>, o que indica que, na teoria de Marx, o fato de o dinheiro ser o ouro não significa que este deva circular diretamente. Os títulos comerciais na função de meio de circulação e de pagamento entre capitalistas constituem a forma primitiva ou original do dinheiro de crédito e este, por conseguinte, é “a” forma típica do meio circulante no capitalismo, e não o ouro, que entretanto não perde a condição essencial de dinheiro, sobre o qual o dinheiro de crédito se desenvolve. O desenvolvimento do crédito comercial, sua articulação ao crédito bancário, e o desenvolvimento do sistema bancário até o banco central, entre outros, são componentes com os quais se constitui o sistema de crédito do capitalismo, isto é, a esfera da circulação capitalista.

Como já se indicou anteriormente, o eixo básico do sistema de crédito consiste em uma hierarquia de formas ascendentes de dinheiro de crédito. A cada nova forma de dinheiro de crédito, superior à mais elevada já existente, expande-se o volume de circulação que pode ser sustentado com determinado volume de dinheiro (=ouro), confinado ao ápice da hierarquia de formas de dinheiro de crédito. Neste sentido, são fantasiosas as hipóteses de que a manutenção do ouro como padrão monetário é insustentável devido a uma suposta escassez de ouro, ou que a reserva de ouro monetário deveria expandir-se à mesma taxa que a produção de mercadorias, etc. Com base na exposição de Marx extrai-se a conclusão óbvia de que o desempenho de funções monetárias por títulos de crédito, que constituem diferentes formas de dinheiro de crédito, não só não conflita com

---

<sup>18</sup> “O crédito comercial é o mecanismo de ajuste da economia mercantil neste aspecto, pois permite interligar os diversos processos particulares de produção numa estrutura global de divisão social do trabalho. Sem isto, muitas mercadorias não poderiam ser vendidas porque seus compradores potenciais, por não terem ainda concluído seus próprios ciclos produtivos, não teriam vendido mercadorias e portanto não disporm de dinheiro para comprar” (Germer, 1996b, p. 173).

<sup>19</sup> Os títulos comerciais constituem, segundo Marx, o “dinheiro comercial propriamente dito” e formam “a base do dinheiro de crédito”. Consequentemente as diferentes formas do dinheiro de crédito “não se apóiam na circulação

o caráter de mercadoria que o dinheiro deve ter, como necessariamente se constitui com base neste. Aliás, deve-se insistir que o surgimento da relação credor/devedor independe da natureza do dinheiro, bastando que os valores das mercadorias tenham sido expressos em dinheiro, como quer que este se defina. Assim, estão equivocados os autores que supõem que o caráter de mercadoria do dinheiro constitua algum tipo de obstáculo para o desenvolvimento mais amplo do sistema de crédito<sup>20</sup>. Ao contrário, a prova histórica em sentido contrário é a mais convincente possível, uma vez que todo o sistema de crédito conhecido desenvolveu-se admiravelmente - e até exageradamente, segundo alguns - sob a vigência explícita do dinheiro-mercadoria (=ouro), desde o início até 1971.

O exposto permite sugerir o modo pelo qual se deveria conceber o sistema de crédito como uma totalidade, segundo a teoria de Marx. O sistema de crédito compõe-se de dois elementos fundamentais, o dinheiro (=ouro) e a relação de crédito mercantil. Esta última desenvolve-se, no capitalismo, em uma hierarquia ascendente de formas de dinheiro de crédito. A partir destes elementos, é possível sugerir uma configuração conceitual da estrutura material do sistema de crédito, como uma combinação do dinheiro (=ouro) com o conjunto ordenado das formas de dinheiro de crédito. Esta estrutura pode ser representada por uma pirâmide<sup>21</sup>, na qual o dinheiro (=ouro) está presente nas duas extremidades, na base e no topo. Ele figura na base da pirâmide funcionando como medida de valor, e no topo, funcionando como meio de pagamento final. Entre ambos, formando o corpo da pirâmide, dispõe-se uma sucessão de níveis correspondentes às diferentes formas do dinheiro de crédito, em hierarquia ascendente.

## Conclusões

A pesquisa realizada permite afirmar que o conceito de ‘padrão-ouro’ traduz uma concepção quantitativista do sistema monetário do capitalismo, definindo-o como aquele em que o ouro circula diretamente em funções monetárias na circulação. Como, na teoria de Marx, o ouro é o dinheiro do capitalismo, desde o seu início, a expressão ‘padrão-ouro’ não pode ser aplicada a um período determinado do capitalismo. Procurou-se demonstrar que, nesta medida, tal conceito não possui

---

monetária, seja de dinheiro metálico ou do papel-moeda estatal, mas na circulação de letras de câmbio” (DK, III, p. 377-8; OC, III/1, p. 301), que são títulos de crédito.

<sup>20</sup> Alguns autores pós-keynesianos sustentam que o dinheiro-mercadoria é incompatível com o desenvolvimento do dinheiro de crédito (Rogers, p. 8-10, 171-6, que atribui falsamente tal ponto de vista a Marx; Wray, cap. 1-2; Moore, cap. 1)

<sup>21</sup> A representação do sistema monetário em forma de pirâmide foi sugerida por De Brunhoff, mas é adotada aqui em uma forma modificada. A sugestão da autora refere-se apenas à estrutura do dinheiro de crédito, que divide em três patamares, correspondentes a uma hierarquia ascendente de formas de dinheiro de crédito: o dinheiro de crédito privado (relações bancos-empresas) na base, o dinheiro nacional no meio, e o dinheiro internacional no topo (De Brunhoff, 1985, p. 43 ss.)

correspondência na teoria marxista, nem contribui para apontar qualquer aspecto relevante que a teoria de Marx não contemple. O conceito de ‘padrão-ouro internacional’, por outro lado, embora consista na mera aplicação do conceito de ‘padrão-ouro’ ao âmbito internacional, refere-se a um aspecto relevante do desenvolvimento do capitalismo, embora não o analise, que é a constituição de uma estrutura mundial com maior grau de integração técnica e econômica, sob a hegemonia inglesa. Deve-se lembrar que autores marxistas como Lênin e Bukharin definiram o sistema como capitalismo monopolista ou imperialismo.

Por outro lado, considerando que o conceito de ‘padrão-ouro internacional’ refere-se, essencialmente, à elevação do ouro à condição de base dos padrões monetários em todos os países capitalistas, neste aspecto apresenta-se como confirmação da tese de Marx, de que o ouro converte-se em dinheiro mundial no capitalismo. Mas o conceito, tal como formulado, é equivocado, uma vez que se limita a caracterizar a base-dinheiro de tal sistema - o ouro - que na realidade é um aspecto trivial e antigo. O conceito é também insuficiente, por não reconhecer o componente essencial do sistema monetário do capitalismo, que é o sistema de crédito, que deveria ser explicitamente introduzido na caracterização daquele período. Sob este aspecto, é intuitivo sugerir que o desenvolvimento do sistema monetário internacional deveria ser visto, do ponto de vista da teoria marxista, como uma estrutura desenvolvendo-se na direção da constituição gradual de um sistema de crédito internacional, isto é, através da elaboração crescente de vínculos de crédito entre os países, em formas ascendentes. O tema é complexo, uma vez que, havendo diversos países, é preciso focalizar diversos sistemas de crédito nacionais, que estão em constituição ao mesmo tempo que o sistema de crédito internacional elabora seus fundamentos, sobre a base dos sistemas nacionais. Sugere-se neste sentido, ao final do texto, uma estrutura conceitual do sistema de crédito do capitalismo desenvolvido, seguindo as indicações de Marx, integrando o dinheiro (=ouro) e uma hierarquia de formas de dinheiro de crédito.

Por último, parece claro que é injustificada a adoção do conceito de ‘padrão-ouro’, nos seus aspectos teórico e histórico, por autores marxistas, como argumento para a discussão da validade da teoria de Marx sobre o caráter de mercadoria do dinheiro. Pela definição deste conceito, o ‘padrão-ouro’ teve fim com a I Guerra Mundial, porque o ouro deixou de circular diretamente, mas, segundo o conceito marxista de dinheiro, o ouro não deixou de desempenhar funções monetárias nesta data, mas manteve-se explicitamente como base do sistema monetário do capitalismo até 1971. Não há um processo gradual de sua extinção, mas de constituição do sistema de crédito, que não dispensa o ouro nas funções de medida de valor e meio de pagamento. A discussão realizada

neste artigo pretendeu apresentar um subsídio adicional ao debate marxista sobre o caráter, as funções e as formas de existência do dinheiro atualmente.

## Bibliografia

- BLOOMFIELD, A.I. (1970). La política monetária bajo el régimen del patrón oro internacional: 1880-1914. México, D.F. : FMI/BID/CEMLA.
- DE BRUNHOFF, S. (1979). Les rapports d'argent. Grenoble/Paris : Presses Universitaires de Grenoble/François Maspero.
- DE BRUNHOFF, S. (1985). Estado e capital : uma análise da política econômica. Rio de Janeiro : Forense Universitária. (Original "État et capital - recherches sur la politique économique", 1977).
- DE CECCO, M. (1987). Gold standard. In: EATWELL, J.; MILGATE, M. and NEWMAN, P. (Eds.). The New Palgrave; A dictionary of economics. v. 2. Macmillan : London, p. 539-45.
- EICHENGREEN, B. (1996). Globalizing capital : a history of the international monetary system. Princeton, N.J. : Princeton University Press.
- FOLEY, D.K. (1983). On Marx's theory of money. *Social Concept*, 1(1), 5-19. (Homepage D.K.Foley).
- FOLEY, D.K. (1986). Understanding capital : Marx's economic theory. Cambridge : Harvard Univ. Press.
- GERMER, C.M. (1996a). 'Economia monetária' ou 'economia capitalista'? Marx e Keynes sobre a natureza do capitalismo. *Estudos Econômicos*, USP (SP), v. 26, Número especial.
- GERMER, C.M. (1996b). O capital de comércio de dinheiro como conexão entre o capital produtivo e o crédito bancário, segundo Marx. Anais do XXIV Encontro Nacional de Economia, Dezembro, p. 171-192.
- GERMER, C.M. (1997a). How capital rules money: Marx's theory of money in capitalism. Anais da IV Mini-Conference on Value Theory - 23rd Annual Convention of EEA - Eastern Economic Association, Washington, DC, 3-6.4.97, p. 97-106.
- GERMER, C.M. (1997b). Componentes estruturais da *teoria do dinheiro no capitalismo*. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, v. 1, n. 1, p. 106-33.
- GERMER, C.M. (1997c). O dinheiro de crédito e as funções do dinheiro no capitalismo. Anais do XXV Encontro Nacional de Economia, v. 1, p. 336-56.
- GERMER, C.M. (1998). Credit money and the functions of money in capitalism. 1998 Annual Meeting of the Eastern Economic Association, New York, 27.2-1.3.98. Anais do IWGVT - International Working Group on Value Theory.
- GOODHART, C.; CAPIE, F. and SCHNADT, N. The development of central banking. In: CAPIE, F. et al. (1994). The future of central banking : the tercentenary of the Bank of England. Cambridge : Cambridge University Press, p. 1-261.
- HANSEN, A.H. (1960). Teoria monetária y política fiscal. 2ª ed. México : Fondo de Cultura Económica. (Original "Monetary theory and fiscal policy", McGraw-Hill, N.York, 1ª ed. 1949).
- HEILPERIN, M.A. (1970). Argumentos para la vuelta al patrón oro. In: GRUBEL, H.G. (Org.). Reforma monetária internacional. Barcelona : Editorial Labor, p. 363-376.

- KEYNES, J.M. (1979). A Treatise on Money, in two volumes. 2. The Applied Theory of Money. London : MacMillan/Cambridge University Press. (The collected writings of John Maynard Keynes, Vol. vi.
- LIPIETZ, A. (1982). Credit money; a condition permitting inflationary crisis. *Review of Radical Political Economics*, v. 14:2. pp. 49-57.
- LIPIETZ, A. (1983). Le monde enchanté; de la valeur à l'envol inflationniste. Préface de Charles Bettelheim. Paris : La Découverte/Maspero.
- MARX, K. (1977). Contribuição à crítica da economia política. São Paulo : Martins Fontes.
- MARX, K. (1983-1985). O Capital; crítica da economia política. 3 v., 5 t. São Paulo, Abril Cultural.
- MOORE, B. (1988). Horizontalists and Verticalists; the macroeconomics of credit money. Cambridge, Cambridge University Press.
- NIVEAU, M. (1969). História dos fatos econômicos contemporâneos. São Paulo : Difusão Européia do Livro. (Original "Histoire des faits économiques contemporaines", Presses Universitaires de France, ca. 1966).
- PEARCE, D.W. (Ed.) (1991). The MIT dictionary of modern economics. 3rd. ed. Cambridge : MIT Press.
- ROGERS, C. (1989). Money, interest and capital; a study in the foundations of monetary theory. Cambridge : Cambridge Univ. Press.
- SCHUMPETER, J.A. (1971). Historia del análisis económico. Editada de la versión manuscrita por E.B. Schumpeter. México : Fondo de Cultura Económica.
- TEW, B. (1970). Cooperación monetária internacional. Barcelona : Editorial Labor. (Original "International monetary cooperation 1945-1967", Hutchinson & Co, Londres).
- TRIFFIN, R. (1970). El oro y la crisis del dólar. In: GRUBEL, H.G. (Org.). Reforma monetária internacional. Barcelona : Editorial Labor.
- TRIFFIN, R. (1972). O sistema monetário internacional; ontem hoje, amanhã. Rio de Janeiro : Expressão e Cultura. (Original "Our international monetary system", Random House, 1968).
- WRAY, L.R. (1990). Money and credit in capitalist economies; the endogenous money approach. Aldershot : Edward Elgar. 317 p.